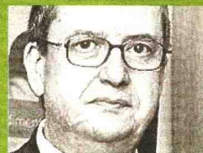
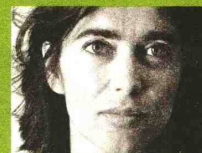


## SALÁRIOS NA INTERNET? VEJA O QUE OS PORTUGUESES PENSAM

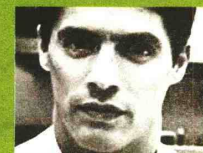
Para já o projecto do PS fica na gaveta por decisão do líder parlamentar. Mas o *i* lança o debate // PÁGS. 16-19



*Alípio Ribeiro*  
**Procurador-geral-adjunto** "É uma proposta perigosamente demagógica e que se inscreve no voyeurismo informativo, muito na moda."



*Marta Crawford*  
**Sexóloga** "Desagrada-me, embora não tenha problema se for aprovado. Deve haver alguma transparência, mas sinto invasão da vida privada."



*Gonçalo Waddington,*  
**Actor** "Não tenho problemas. Dentro do meio a coisa é muito transparente. Por exemplo, no teatro os pagamentos estão tabelados."

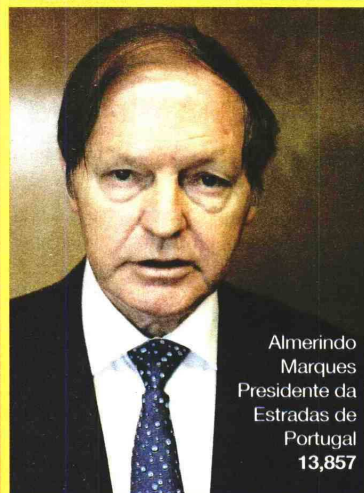


# Zoom // O salário deles é público. E o seu, quer vê-lo na Internet?

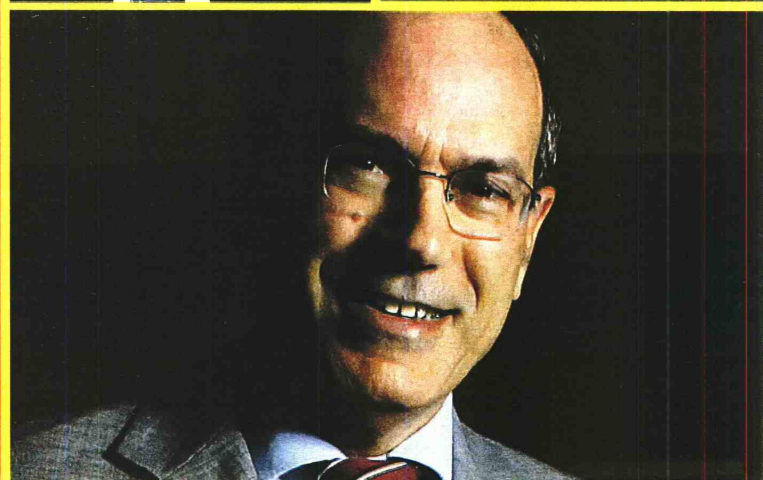
Três vices da bancada do PS desafiaram Francisco Assis ao defender a publicação generalizada dos salários num site. Mas o líder parlamentar impôs a sua vontade e para já o projecto fica na gaveta. O i lança o debate: o que pensam os portugueses

TEXTOS *Gonçalo Venâncio*

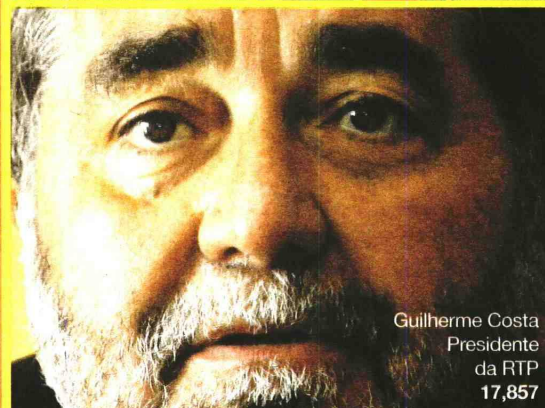
\* Valores em milhares de euros referentes a 2008



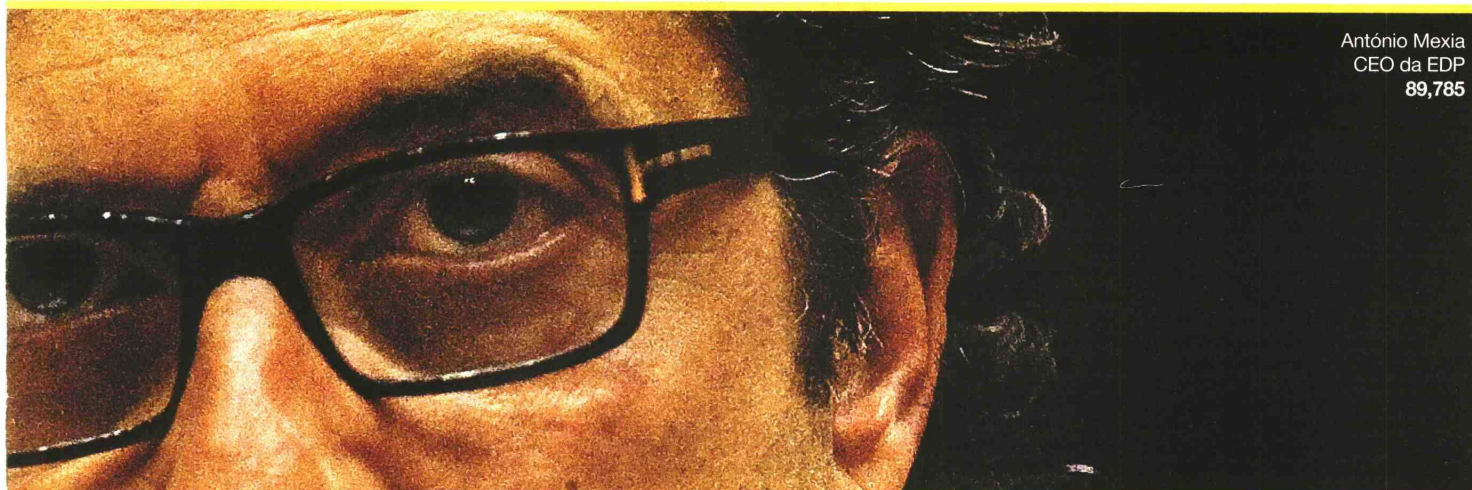
Almerindo Marques  
Presidente da  
Estradas de  
Portugal  
13,857



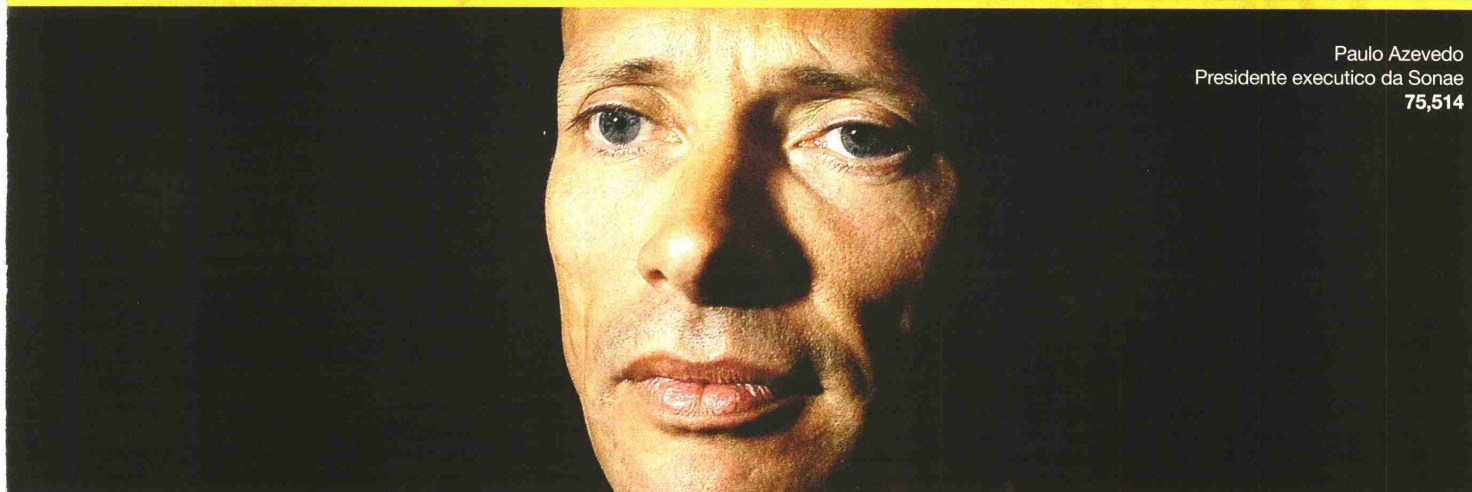
Vítor Constâncio  
Governador  
do Banco de Portugal  
17,857



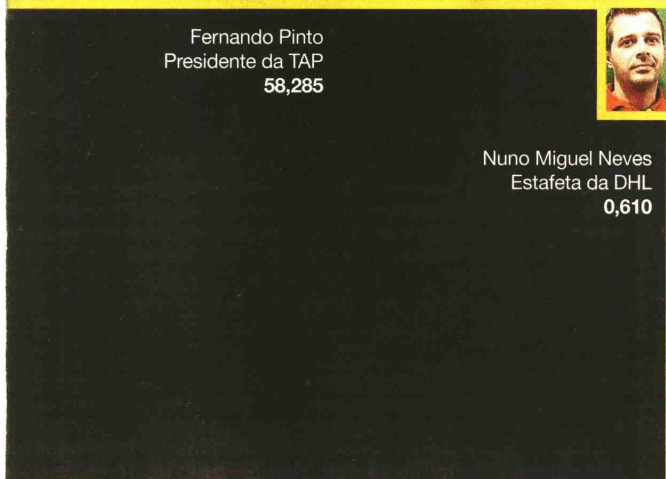
Guilherme Costa  
Presidente  
da RTP  
17,857



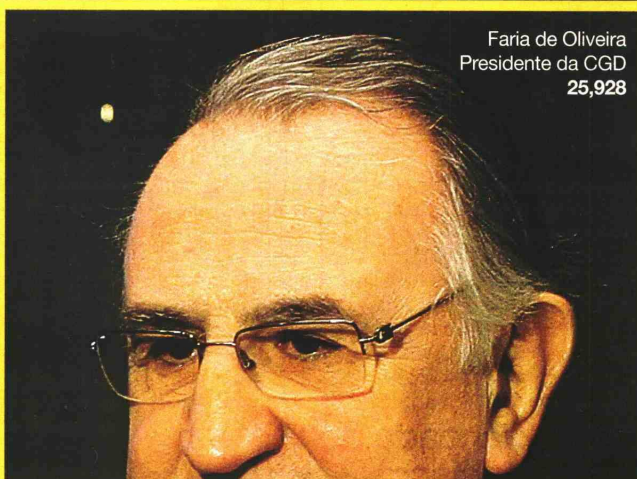
António Mexia  
CEO da EDP  
89,785



Paulo Azevedo  
Presidente executivo da Sonae  
75,514



Fernando Pinto  
Presidente da TAP  
58,285

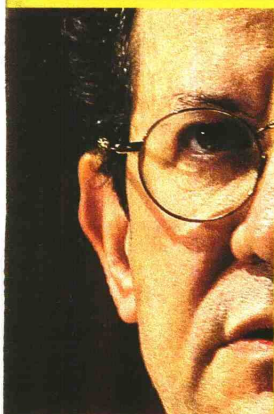


Faria de Oliveira  
Presidente da CGD  
25,928

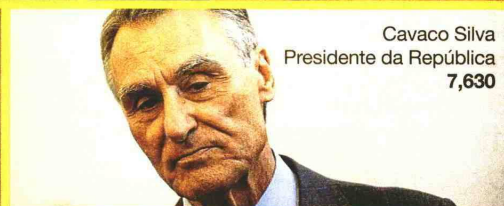
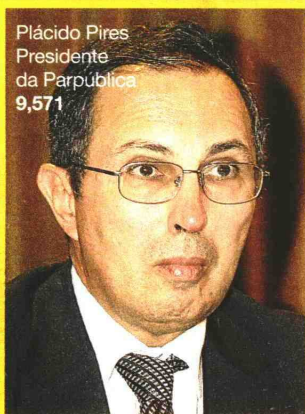


Jaime Gama  
Presidente  
da Assembleia  
da República  
6,104

Nuno Miguel Neves  
Estafeta da DHL  
0,610



Plácido Pires  
Presidente  
da Parpública  
9,571



Cavaco Silva  
Presidente da República  
7,630



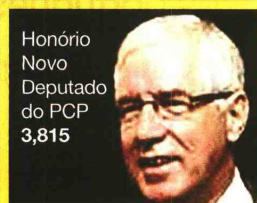
José Sócrates  
Primeiro-ministro  
5,723



Gabriela  
Canavilhas  
Ministra da  
Cultura  
4,959



Costa Pina  
Secretário  
de Estado  
do Tesouro  
e Finanças  
4,578



Honório  
Novo  
Deputado  
do PCP  
3,815



**Zoom // Sigilo fiscal**

# Salários na internet expõem divisões na bancada socialista

Três vice-presidentes do grupo parlamentar desafiaram Francisco Assis mas acabaram por recuar. IRS não vai mesmo parar à internet

**GONÇALO VENÂNCIO**  
goncalo.venancio@ionline.pt

A ideia de divulgar os salários dos portugueses online morreu à nascença, ou melhor, passou de projecto de lei a "documento de discussão interna" do PS. Jorge Strecht Ribeiro, Afonso Candal e Mota Andrade, todos deputados socialistas, todos vice-presidentes do grupo parlamentar, recuaram na apresentação do projecto que previa a publicação na internet dos rendimentos anuais brutos dos contribuintes, depois de uma reunião ao final da tarde com o grupo parlamentar. A ideia, preparada sem conhecimento de Francisco Assis, tinha como objectivo combater a corrupção e permitia aos cidadãos vigiar-se mutuamente.

Levantou-se um coro de críticas dentro do partido, mas nem isso fez com que os proponentes abdicassem, pelo menos num primeiro momento: "Reconheço que o líder parlamentar não conhecia a proposta. Nem ele nem ninguém. Mas há uma coisa que eu sei: esta proposta de lei não é acolhida pelo PS mas vai ser apresentada pelos três proponentes", disse ao i Strecht Ribeiro, poucos minutos depois de Francisco Assis ter manifestado publicamente o seu desagrado com a iniciativa dos deputados. Strecht Ribeiro salientou as virtualidades da proposta de levantamento parcial do sigilo fiscal - "quando um bem público está em causa, a privacidade tem limites" - e negou qualquer tensão com a liderança da bancada. Porém, os sinais do braço-de-ferro eram evidentes.

"A minha discordância em relação a essa proposta vai ao ponto de garantir que enquanto eu for presidente do grupo parlamentar ela não será apresentada pelo PS", disse Assis nos passos perdidos do Parlamento, desautorizando com estrondo três dos seus 12 vice-presidentes. Ficava a promessa de que o assunto seria discutido internamente num encontro com os deputados. E foi nessa reunião da bancada socialista, que se prolongou bem para lá da hora de jantar, que os três promotores da iniciativa legislativa foram obrigados a recuar, de acordo com informação de fonte socialista. Assis enterrou o assunto mas não conseguiu esconder a ausência de afinidade interna.

A dessincronização na bancada do PS, e também no Largo do Rato, não é de hoje.

Há meses que o partido está sem portavoz e Assis já recusou, publicamente, vestir os dois fatos: o de voz de Sócrates e de vice-presidente da bancada. Em Dezembro, Sérgio Sousa Pinto e Ricardo Rodrigues - também eles dois vices da bancada - incendiaram as relações com Belém com um dos mais duros ataques ao Presidente da República. Sousa Pinto actuou com a bênção do primeiro-ministro, mas não passou cartão ao líder do grupo parlamentar. Strecht Ribeiro não gostou (Assis também não) e exigiu que a legitimidade de representação da bancada passasse, antes de mais, pela articulação com o líder. Agora diz ao i uma fonte socialista: "Strecht acaba por fazer precisamente aquilo que criticou em Sérgio Sousa Pinto."

**CHOQUE E PAVOR** Ao longo do dia, as reacções à proposta dos três deputados socialistas foram caíndo em catadupa: da "cosvilhice fiscal" de Francisco Louçã ao "striptease fiscal" de Paulo Portas, ninguém hesitou em pôr um rótulo na ideia de levantamento do sigilo fiscal. "A nossa primeira reacção é de incompreensão e espanto. Esta lista não tem qualquer utilidade para o Estado ou para a saudável convivência social", reage a dirigente popular Assunção Cristas. "Isto só serve para as pessoas se fiscalizarem umas às outras", conclui. E se a oposição do CDS era certa, Bancelar Gouveia, constitucionalista e deputado do PSD, admitia que pelo menos é preciso discutir o assunto: "É uma questão muito complexa, parece-me um bom ponto de partida para a discussão, mas duvido que seja um bom ponto de chegada." Ao i, e numa apreciação geral, Bancelar Gouveia sublinhou que "não parece haver qualquer obstáculo à constitucionalidade" na proposta, mas chamou a atenção para os rendimentos protegidos por segredo de Estado, como os dos oficiais de informações. "Tenho dúvidas de que os ganhos sejam superiores aos prejuízos. É criado um espírito de delação entre os contribuintes sem se saber se a administração fiscal tem capacidade para dar respostas a todas as denúncias. Valerá a pena dar este passo e depois não dar consequência à denúncia?", questiona.

**Gostaria de ver o seu salário na internet? Responda em ionline.pt**

## GOSTARIA DE VER O SEU SALÁRIO NA INTERNET? O I FOI OUVIR A OPINIÃO DOS PORTUGUESES SOBRE A MEDIDA SOCIALISTA



**Medina Carreira**  
Advogado  
"É-me indiferente, porque sou advogado e não tenho salário. O importante é discutir o país e as suas necessidades. E são essas necessidades que podem impor ou justificar medidas como esta."



**Bagão Félix**  
Economista  
"Não tenho qualquer problema com isso porque durante anos os meus rendimentos foram públicos. Mas esta proposta é uma tristeza. Promove o voyeurismo e a inveja doentia. Define bem o estado do país."



**Nuno Leitão**  
Engenheiro electrotécnico  
"Não vejo problema. Não sei se seria eficaz, mas seria interessante. Mas uma coisa é o ordenado-base, outra coisa é o que vem por fora."



**Marta Crawford**  
Sexóloga  
"Desagrada-me, embora não tenha problema se for aprovado. Deve haver alguma transparência, mas sinto que há uma invasão da minha vida privada."



**Laurinda Alves**  
Jornalista  
"Não tenho qualquer problema em ver o meu ordenado exposto se vir eficácia nisso. É preciso é perceber qual a fronteira entre o princípio da eficácia e a devassa."



**Mário Laginha**  
Músico  
"Desde que fosse transversal, não me importava. Seria uma ajuda para combater o enriquecimento ilícito. No caso dos músicos, as pessoas teriam de ter em conta que o rendimento flutua. Posso ganhar muito dinheiro num concerto e passar meses sem dar um único."



**Maria Rodrigues**  
Empregada doméstica  
"Não me importo que apareça, não tenho nada a esconder. Também com todos os descontos é tão pouco..."

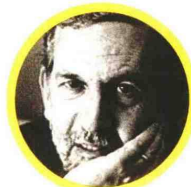


**Isabel Alves**  
Responsável de loja  
"Penso que é uma medida errada, por uma questão de privacidade. Se avançar sozinha não posso fazer nada, mas acho que as pessoas se deviam manifestar."



**Alípio Ribeiro**  
**Procurador-geral-adjunto**

"É uma proposta perigosamente demagógica e que se inscreve no voyeurismo informativo muito na moda. E seria mais um instrumento gerador de insegurança pessoal, potenciando os riscos do cidadão perante o crime."



**José Miguel Júdice**  
**Advogado**

"Pessoalmente não teria problema nenhum, mas acho a proposta um disparate e um erro, que põe em causa o princípio da proporcionalidade. Não há nenhuma relação entre ganhar dinheiro e declará-lo e ser corrupto ou corruptor."

**Jorge Manuel Mendes**  
**Agente desportivo**

"Estarei solidário com uma obrigação imposta a toda a gente, embora me pareça uma solução típica de uma ditadura, uma invasão de privacidade, uma solução de terceiro mundo que revela a falta de controlo que o Estado tem sobre muitas coisas. As pessoas não podem ser assim atacadas - que interesse terá o cidadão comum em saber o que o vizinho ganhou? A confirmar-se, isto seria pior que um terramoto."



**Joana Amaral Dias**  
**Psicóloga**

"Estou disponível, como é natural. Mas o que interessa é perceber se isto resolve algum problema. Na minha opinião não resolve nada. É uma medida populista e perigosa."



**Bettencourt Picanço**  
**Sindicalista dos Quadros Técnicos do Estado**

"Não tenho nenhum problema. Ganho de acordo com a minha categoria e isso pode ser verificado na tabela da administração pública."



**José Luís Peixoto**  
**Escritor**

"Não me importo. Tenho dúvidas, sim, sobre a sua eficácia na luta contra a corrupção. Todos sabem que existem discrepâncias entre o que é apresentado e a realidade. Essa acaba por ser mais uma medida que penaliza os que são sempre penalizados: os trabalhadores por conta de outrem."

**Paulo Feytor Pinto**  
**Professor de Português**

"Não tenho nada a esconder nem a temer, logo não vejo qualquer problema em que os meus rendimentos sejam conhecidos por toda a gente."



**Gonçalo Waddington,**  
**Actor**

"Parece-me fogo-de-vista. Quem foge ao fisco utiliza muitas maneiras para o fazer. Provavelmente íamos rir-nos dos valores declarados. Não tenho problema em divulgar o meu salário. Dentro do meio a coisa é muito transparente. Por exemplo, no teatro os pagamentos estão tabelados."



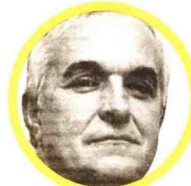
**Nuno Costa**  
**Bancário**

"Não concordo, não é isso que faz com que acabe a corrupção. As Finanças já conhecem as declarações e podem agir."



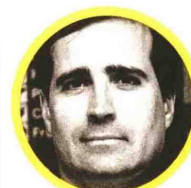
**António-Pedro Vasconcelos**  
**Realizador**

"Não tinha problema em ver publicado o meu salário. Todas as medidas que promovam a transparência são bem-vindas. Esta parece-me, no entanto, bizarra. O problema da corrupção está naquilo que as pessoas não declaram. Ninguém vai declarar luvas ou o rolex que recebeu."



**Rui Rangel**  
**Juiz-desembargador**

"Não tenho nenhum problema, mas só para quem exerce cargos públicos. Se é uma porta aberta de forma cega e generalizada, digo não. O ónus da ineficiência da máquina fiscal não pode cair sobre o cidadão."



**Pedro Martins**  
**Delegado comercial**

"À primeira vista não vejo inconvenientes em publicar tudo o que é informação de contribuintes. Não sei se será eficaz."



**Luís Alcobia**  
**Empresário**

"Não concordo. Acho que é informação que deve ser sigilosa e não percebe o interesse. Se há dúvidas, podem fazer-se inspeções."



**Luísa Santos**  
**Técnica de Recursos Humanos**

"Concordo, é mesmo para chocar. Sabemos que depois se arranja sempre forma de fugir, mas era um bom começo."



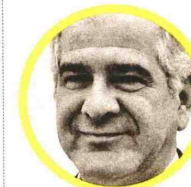
**Jorge Camoesas**  
**Contabilista**

"Estava disposto a isso. Acho bem para controlar a corrupção e penso que seria eficaz. Seria chocante, mas é disso que a sociedade está a precisar. Já não há vergonha."



**António Cunha Vaz**  
**Consultor comunicação**

"Se for implementada em Portugal, mudo a minha residência e passo a pagar impostos em Espanha. É uma medida demagógica e uma violação da privacidade. Vem de deputados de terceira ou quinta categoria."



**João Barroso**  
**Gestor**

"Acho horrível, por uma questão de privacidade. Depois já se sabe que neste país há sempre os privilegiados. Um combate eficaz à corrupção passa por uma justiça mais célere."

**Opinião**

ROGÉRIO M. FERNANDES FERREIRA



**Iniciativa lamentável**

O PROJECTO de lei que a comunicação social de hoje indica que o PS pretende brevemente apresentar na Assembleia é simultaneamente inovador e invasor da vida privada dos contribuintes. Tenho tido a oportunidade de me pronunciar sobre a necessidade de melhorar a relação fisco-contribuinte, no sentido de reposicionar o contribuinte no centro do sistema fiscal, de o recolocar em primeiro lugar, enquanto sujeito de deveres, é claro, mas também de direitos e de garantias, alguns que urge recuperar e outros que, tendo em conta as medidas que se anunciam, urge assegurar! Se a publicitação das remunerações brutas dos contribuintes for aprovada, fica à distância de um clique saber quanto cada um e qualquer contribuinte auferem em termos brutos. Será esta a via indicada para combater a evasão fiscal?! A questão deve ser, obviamente, repensada e reponderada, pesando, por um lado, o direito constitucionalmente consagrado à vida privada e ao sigilo fiscal e, por outro, a necessidade de combater eficazmente a evasão e a fraude fiscais. Não nego que esta medida possa ser eficazmente preventiva, mas é também certamente muito mais do que isso, parecendo-me uma iniciativa lamentável. Estaremos nós a querer combater desenfreadamente a evasão fiscal ao custo desta inadmissível invasão na vida privada dos cidadãos-contribuintes?"

*Advogado especialista em direito fiscal*  
*Sócio da PLM7*